

ESTRUTURAL

Antigo lixão ainda causa impactos ambientais

Mesmo desativado em 2018 e utilizado como depósito de entulhos, o SLU retira cerca de 100 mil litros de chorume por dia e está contratando um estudo para definir a destinação do local. Catadores reclamam das condições pós-fechamento do aterro

» ARTHUR DE SOUZA

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press

Passados mais de cinco anos desde que o Aterro do Jóquei — conhecido como Lixão da Estrutural — foi fechado, é comum se perguntar o que foi feito com o local. Atualmente, a área é ocupada pela Unidade de Recebimento de Entulhos (URE), de responsabilidade do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), tem 123.710 metros quadrados, e o **Correio** foi até a área para ver como está após a desativação.

Gerente da URE, Gustavo de Oliveira conta que, desde que foi instalada, a unidade recebeu mais de 7 milhões de toneladas de entulhos e que são recebidas cerca de 700 viagens diárias de caminhões cadastrados para transportar esse tipo de resíduo. “O resíduo da construção civil é reciclado por meio de um britador, que transforma o material em subtipos de produtos como areia e brita”, esclarece. “Tiramos as pequenas ‘impurezas’, como plásticos, metais e madeiras. Esses materiais que são separados, se forem recicláveis, são estocados e doados às cooperativas cadastradas no SLU. Cada mês, nós temos uma que vem retirá-los”, acrescenta o gerente.

Gustavo de Oliveira relata que o local tem prazo de validade. De acordo com Gustavo de Oliveira, está em andamento, no SLU, um projeto para encerramento da URE da Estrutural, até 2027. “Além disso, está em processo de planejamento a construção de uma nova área para processamento de resíduos da construção civil no DF, ainda sem local definido”, ressalta.

Sobre o que o SLU tem feito para acompanhar possíveis impactos ambientais relacionados ao antigo lixão, o gerente da URE afirma que foi publicado um edital para contratação de um estudo de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC), que vai auxiliar na definição dos próximos passos na gestão da área. “Quem poderá falar o que vai ser feito por aqui é esse estudo”, revela. “Além disso, o SLU acompanha a qualidade das águas superficiais dos córregos do Poço, do Acampamento e Cabeceira do Valo, realizando análises laboratoriais periódicas por amostragem, previstas em contrato”, reforça.

Chorume

Em relação ao chorume produzido durante o período, o gerente do local afirma que a média diária transportada pelo SLU para a estação de tratamento do Aterro Sanitário é de 100 mil litros. “São realizadas análises da composição e transporte do chorume produzido. Desde junho de 2023, o líquido tem sido tratado de acordo com as normas ambientais vigentes”, afirma. “A intenção com a contratação desse serviço é diminuir a contaminação por chorume na área do antigo Lixão, até que seja contratada empresa especializada na elaboração dos estudos de GAC para dar início à recuperação do local”, complementa.

Segundo o doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e ambientalista Christian Della Giustina, o antigo lixão da Estrutural recebeu os resíduos sólidos urbanos da cidade por mais de



O SLU recolhe 100 mil litros de chorume por dia da área do antigo lixão. Especialistas alertam que resíduos podem chegar a nascentes



Cláudia Rodrigues afirma que rendimento caiu bastante após fim do aterro

50 anos. “A deposição desses resíduos causou sérios danos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e das águas subterâneas”, lamenta. “Estima-se que a área contaminada abranja cerca de 600 hectares (equivalente a aproximadamente 600 campos de futebol). Considerando o elevado volume de resíduos, a sua descontaminação é onerosa e demorada”, avalia.

O especialista aponta que estudos recentes realizados pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), que contou com a participação de professores da UnB, estimaram que a pluma de contaminação existente pode avançar até 30 metros por ano, dependendo da condição do solo e do tipo de contaminante. “A pluma de contaminação deve atingir o córrego Acampamento, um dos principais afluentes do Lago Paranoá e localizado no Parque Nacional de Brasília, até 2026”, alerta.

Professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), Benny Schvarsberg afirma que é preciso discutir alternativas urbanísticas sustentáveis para a destinação do antigo Lixão da Estrutural. “Mas esse não é um debate de domínio exclusivo de técnicos especialistas, ambientalistas e urbanistas;

deve necessariamente envolver a comunidade, especialmente dos moradores da Estrutural, além das cooperativas de catadores atuantes na área e no DF”, pondera (leia Artigo).

Catadores

Desde que foi desativado, uma das preocupações, além dos impactos ambientais, é em relação aos catadores que tiravam seu sustento do local. Uma delas é Cláudia Rodrigues, 41 anos, que ainda mora na região em torno do antigo aterro. Ela conta que trabalhou no local durante mais de 20 anos. “Depois que ele foi desativado, a minha vida piorou bastante, ficou muito ruim. As cooperativas não são o que o povo esperava”, lamenta. “Nossa renda diminuiu e, hoje em dia, muita gente passa necessidade, porque ficou desempregado”, acrescenta.

Cláudia comenta que chegou a entrar em uma cooperativa, mas saiu pouco tempo depois. “O valor que recebia era muito baixo para sustentar tudo. Agora, estou com um comércio que também está fraco, pois o movimento caiu muito depois que o lixão foi desativado. Era ele que dava dinheiro para o povo que mora aqui”, pontua. “Eu catava mais garrafas pet, latinha e cobre. Eu chegava a ganhar R\$ 1 mil por

semana. Na cooperativa, só conseguia esse valor no mês cheio”, calcula a comerciante.

Outro que trabalhou durante muito tempo, na época em que o aterro era ativo, é Joel Carneiro, 51. Ele afirma que começou no antigo lixão quando tinha 14 anos. Apesar de admitir que o aspecto econômico piorou, ele destaca que se sente melhor fora do local. “A gente não tinha os benefícios que tem hoje. Sem contar que não temos mais o contato direto com o lixo, o que melhora na questão da saúde, tanto minha quanto da minha família”, afirma.

Para ele, estando na cooperativa, as possibilidades de serviço são melhores. “No lixão, era muito desumano. Apesar de perder na questão financeira, sinto que estou ganhando muito mais em saúde, que é o mais importante”, pontua. “A gente não trabalha só pelo dinheiro desse material. Quem tem consciência, trabalha para o meio ambiente”, reforça Carneiro.

O catador comenta, ainda, que é preciso melhorar o apoio às cooperativas. “A primeira coisa é o governo enxergar a gente, valorizar o serviço que fazemos. O que a gente tira para não maltratar o meio ambiente, é uma coisa absurda”, destaca. “Espero que o poder público possa dar um pouco mais de condição para as cooperativas, que estão precisando demais”, lamenta.

O SLU informou que, após o fechamento do Lixão da Estrutural, os catadores conquistaram melhores condições de trabalho, dignidade, acesso a direitos e benefícios sociais, redução dos riscos à saúde e ao meio ambiente e participação na gestão compartilhada dos processos de reciclagem. De acordo com a autarquia, grande parte dos catadores que trabalhavam em situação degradante e insalubre no antigo Lixão da Estrutural, atuam de maneira formalizada em cooperativas e associações contratadas pelo SLU para realizar a triagem e a coleta seletiva dos resíduos recicláveis.

“A autarquia possui 42 contratos firmados com organizações de catadores, atendendo a 32 cooperativas/associações (algumas entidades possuem mais de um contrato). São 22 contratos para o serviço de coleta seletiva e 20 para o serviço de triagem dos materiais”, detalhou, em nota, o SLU. “Além do valor da venda dos materiais, as entidades dos catadores recebem por tonelada de material triado e comercializado, além de terem acesso a recursos da logística reversa”, complementou o texto. O valor médio pago até julho de 2023, segundo o SLU, era de R\$304,14 por tonelada, valor que foi reajustado entre 30% e 43%, a depender da situação da cooperativa.

Artigo

Alternativa sustentável e democrática

Em termos de propostas de uso da área do antigo aterro sanitário na Estrutural, há um importante estudo técnico produzido pela Secretaria de Meio Ambiente que não pode deixar de ser considerado com muita atenção. E há notícias, divulgadas pela mídia local, de que ações estão em andamento para minimizar os impactos do chorume da região com trabalhos de fitorremediação — o plantio de espécies que atuam na recuperação do solo —, assim como barreiras de plantio de eucalipto para mitigar a questão de pulso de ar. Além do tratamento do próprio chorume, o espaço só está recepcionando, ao menos formalmente, resíduos da construção civil, que são inertes e não causadores de tantos danos ambientais.

A boa notícia é que o resultado do diagnóstico ambiental na poligonal do Lixão da Estrutural e adjacências constatou que, apesar de a área ter sido repositório de resíduos sólidos de todo o DF por quase 60 anos de existência do Distrito Federal sem os devidos cuidados e providências protetivas, os passivos ambientais apresentam menor gravidade do que o esperado no início da realização dos estudos. No Distrito Federal, a política ambiental urbana necessita urgentemente ampliar a coleta seletiva para diminuir o impacto ambiental nos aterros, e terá que construir estratégias de não aterrar tanto.

Certamente precisamos discutir alternativas urbanísticas sustentáveis para destinação do lixão da Estrutural, mas esse não é um debate de domínio exclusivo de técnicos especialistas, ambientalistas e urbanistas; deve necessariamente envolver a comunidade, especialmente dos moradores da Estrutural, além das cooperativas de catadores atuantes na área e no DF.

Do lado simétrico à Estrutural, no lado norte da cidade, também ao longo do eixo rodoviário estruturante da EPIA — a grande avenida metropolitana do DF —, há um belo e exitoso exemplo de destinação, que é o conhecido uso da Água Mineral com suas piscinas, trilhas e passeios públicos. Lá, o uso e a apropriação social intensa, apesar dos preços cobrados pelo acesso aos espaços ambientalmente sensíveis pela comunidade de todas as partes do DF, efetivamente impedem processos nocivos e preserva o meio ambiente de modo democrático e amplamente participativo. Não precisa reproduzir a mesma solução, mas fica aqui a pista como parâmetro positivo e proativo para o debate e a política pública ambiental e urbanística.

BENNY SCHVARSBURG, professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB)